

OS OUTROS NOMES DO URBANISMO: PLANEJAMENTO, PROJETO E DESENHO URBANOS*

THE OTHER NAMES OF URBANISM: URBAN PLANNING, PROJECT AND DESIGN

Hélio Novak*

RESUMO

Este trabalho esclarece o significado de nomes que identificam algumas facetas do urbanismo contemporâneo: PUR, planejamento estratégico, desenho e projeto urbanos. Conclui que eles advêm mais de variações temporais que de divergências conceituais importantes, pois o urbanismo atual é muito complexo e abrange problemas a classificar como dependentes da política urbana, vinculados ao planejamento ambiental ou tratados diretamente pela sua própria dimensão morfológica.

Palavras-chave: Urbanismo; Planejamento urbano; Projeto urbano; Desenho urbano.

ABSTRACT

This paper clarifies the meaning of names that identify some aspects of contemporary urbanism: city and regional planning, strategic planning, urban design and urban project. It concludes that they arise from temporal variations rather than from relevant conceptual divergences, for today's urbanism is very complex and involves problems to be classified as dependent of urban policies, linked to environmental planning or directly treated for their own morphological dimension.

Key words: Urbanism; Urban planning; Urban project; Urban design.

* Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre e doutor em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção da Coppe/UFRJ, professor aposentado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

A cidade se apresenta aos nossos olhos como a esfinge aos de Édipo, trazendo o ultimato terrível: decifra-me ou devoro-te! Só ao urbanismo incumbe decifrá-la, pois constitui “uma vontade de ação e, portanto, a perspectiva de exercer um poder que modifique o espaço da cidade” (LACAZE, 1993).¹ Presume-se que essa intervenção melhore a ordenação urbanística da cidade e que tal melhoria traga benefícios à comunidade envolvida, reduzindo a iniquidade e aperfeiçoando a igualdade e a solidariedade social. Espera-se também que contribua para conservar o meio ambiente e o patrimônio urbano, já que se torna cada vez mais evidente a necessidade de respeito cultural e de apropriação social do espaço nas cidades. Em conjunto, são essas exigências que constituem a problemática do urbanismo em nossos dias.

Em conseqüência, o urbanismo apresenta hoje diversas facetas, que, apesar de parecerem radicalmente opostas, tratam basicamente da mesma coisa e de modos bastante parecidos. Uma é o planejamento urbano e regional ou PUR, entendido como atividade separada e mais bem dotada cientificamente do que o próprio urbanismo. A ele opõe-se o chamado planejamento estratégico, que, desde a renovação de Barcelona para a Olimpíada de 1992, adquiriu fama de eficiência e colocou em xeque o PUR tradicional. Há ainda o desenho e o projeto urbanos, áreas mal definidas, muitas vezes confundidas entre si e com o próprio urbanismo.

¹ Essa observação não encerra qualquer corporativismo, já que a atividade do urbanismo é multidisciplinar por natureza (NOVAK; CAMPELLO, 2005, p. 126). Ainda que o espaço físico tridimensional da cidade seja mais ou menos adstrito aos arquitetos, aquele é só um aspecto desta, e o espaço social que ela subentende é formado por esse e diversos outros sistemas inter-relacionados (SANTOS, 1997, p. 14). Tais sistemas são objetos de estudo de outros especialistas (geógrafos, estatísticos, sociólogos, economistas, advogados e até filósofos), cujos aportes são absolutamente fundamentais para basear o planejamento físico. Ver Novak (2001, capítulo 3 – “O espaço e a estrutura das cidades” – p. 82-117).

URBANISMO *VERSUS* PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Quando se fala de urbanismo, depara-se com várias confusões terminológicas. Esse substantivo indica tanto o conjunto de medidas tomadas para o desenvolvimento racional e humano da cidade (LOVISOLO, 1992, p. 1.131), como a atividade profissional envolvida no estudo e estabelecimento dessas medidas. Todavia, ainda que o uso de palavras iguais para indicar coisas distintas seja um aborrecimento, é mais importante esclarecer o uso de vocábulos que parecem opostos entre si e às vezes ao próprio conceito de urbanismo, quando, de fato, não há divergência e as palavras não tratam de coisas tão diferentes assim. Conceitos supostamente dicotômicos, assim serão abordados aqui, mas ficará demonstrado que antes se complementam do que se excluem.

Origens do urbanismo

O termo “urbanismo”, como vimos, tem várias conotações. *A priori* pode-se afirmar apenas que ele trata das cidades e, como estas existem desde a aurora da civilização, também é razoável supor que ele exista desde então.

A palavra “civilização” vem do latim *civitas* e *civis*, cidade e cidadão. Também a raiz latina *urbs* remete à cidade, mas ao governo da cidade e à polidez civilizada dos antigos romanos. Dela derivam “urbano”, “urbanizado” e a presunção nem sempre procedente de civilidade no ambiente da cidade.

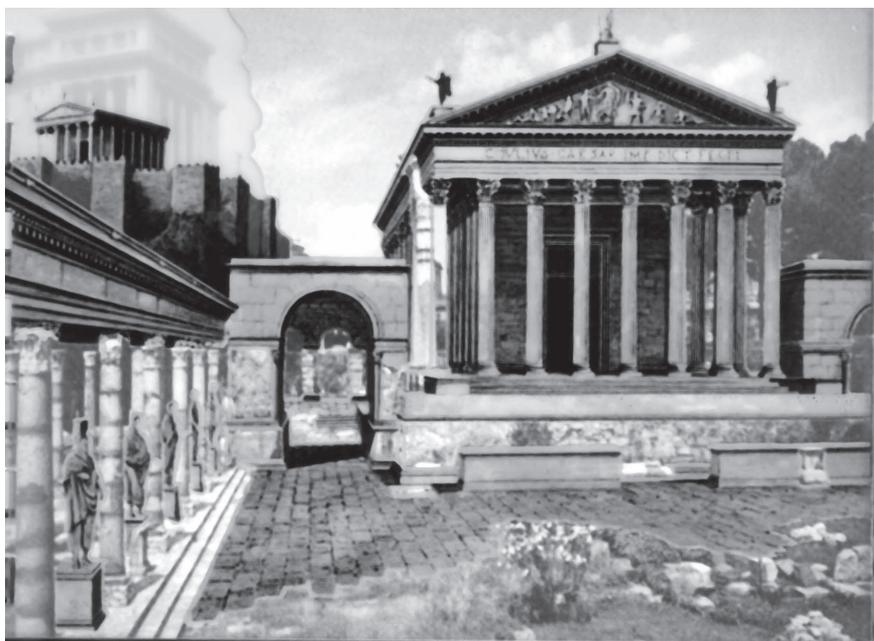


Figura 1. Ruínas da *civitas* romana: reconstituição livre do foro de Júlio César (STACCIO-LI, 1962, p. 19).

Já a palavra pólis – Πολις na grafia grega – produziu as nossas “política” (a solução dos problemas sociais pela negociação) e “polícia” (a solução dos problemas sociais pela imposição). Tais influências mostram que já num passado remoto as sociedades se organizavam em função das cidades, cadinhos onde se fundiam os valores coletivos e a vida política.

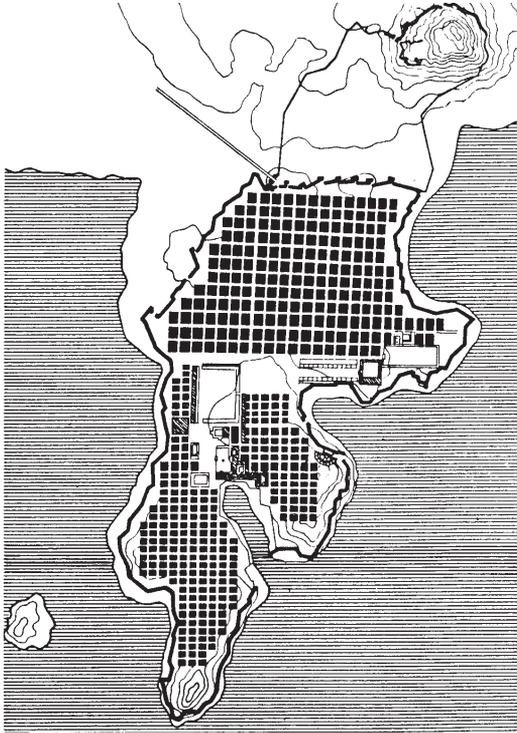


Figura 2. A pólis grega, séc. 5 a.C.: plano de Mileto, no projeto de Hipódamo (FERREIRA DOS SANTOS, 1988, p. 105).

As influências culturais da cidade ultrapassam a raiz indo-européia da cultura, pois as cidades do antigo Egito, da China ou das civilizações pré-colombianas da América guardam traços comuns com as da Europa, ainda que não em todos os exemplos (Fig. 3).

Isso ocorre porque em todos os lugares as cidades foram projetadas em função de necessidades humanas similares, ou modificadas segundo planos preconcebidos para atender a tais necessidades, ou apenas minimamente mantidas e administradas, “arranjadas”, enfim, com esse objetivo.

Tudo isso por efeito de artes urbanas anteriores ao urbanismo de hoje e dele diferenciadas, segundo Choay (1965, p. 8), por não possuírem pretensão científica (o que é correto), nem refletirem sobre ou criticarem o seu objeto (o que é, no mínimo, duvidoso).

Bardet (1959, p. 13) e Merlin (1996, p. 57) informam que o termo “urbanismo” foi usado pela primeira vez no seu sentido atual em 1910, num número do Boletim da Sociedade de Geografia de Neuchâtel (*Bulletin de la Société*

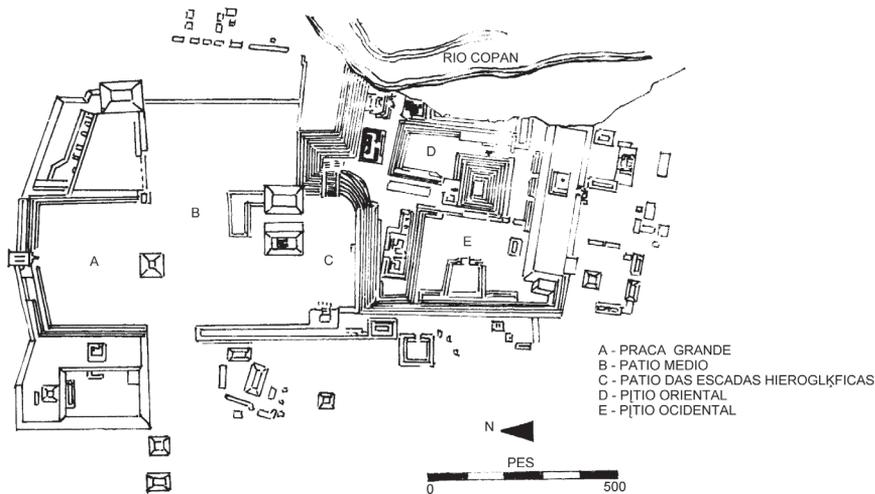


Figura 3. Plano de Copán, cidade maia na atual Honduras (desenho do autor baseado em GALLION; EISNER, 1972, p. 65).

Neauchâteloisienne de Geographie), em que Pierre Clerget o definia como “o estudo sistemático dos métodos que permitem adaptar o *habitat*, e mais particularmente o *habitat* urbano às necessidades dos homens”.

O autor comenta:

Essa definição [a de Choay, citada acima] situa bem os trabalhos dos teóricos que pretenderam fundar o urbanismo. Ela corresponde menos bem a um campo profissional que tomou rapidamente uma dimensão concreta e focaliza apostas (inclusive financeiras) importantes. O *Grand Dictionnaire Encyclopédique Larousse* (1962;1985) o define como “a arte de arranjar e organizar as aglomerações humanas” e, de modo mais preciso, “a arte de dispor o espaço urbano ou rural no sentido mais lato (edifícios de habitação, de trabalho, de lazer, redes de circulação e de trocas) para obter seu melhor funcionamento e melhorar os rendimentos sociais”... (Ibid. p. 3)

E mais:

... “arranjar” o espaço, quer dizer “dispor com ordem”. Trata-se de um ato voluntário que visa criar uma situação ordenada, julgada preferível, a este título, a uma situação resultante do jogo espontâneo dos atores. Esta ação se exerce no “espaço urbano ou rural” (mas o arranjo pode ser concebido às escalas mais diversas, daquela do planeta até a de um local). Ela é exercida também no tempo, pois a disposição ordenada depende daquilo que seja disposto antes e comanda aquilo que será disposto em seguida. Por outro lado, o urbanismo diz respeito a todas as construções e redes, mas também pode lhes ser juntado o espaço não construído. Enfim, a definição do *Grand Larousse do século XX* precisa bem os objetivos: comodidade, economia e harmonia nas funções e relações exercidas pelos homens. (loc. cit.)

Ainda que a palavra e a atividade que ela denomina datem do início do século XX, a mesma fonte informa que autores anteriores tinham enunciado conceitos próximos e realizado planificações que remetem ao urbanismo atual. São exemplos Coyer e Mercier, que empregaram na própria França e já no século XVIII o vocábulo com o sentido de “ciência da urbanidade”, Ildefonso Cerdá, o autor do plano de alargamento de Barcelona, que já em 1867 falava em *urbanización*, além de Camillo Sitte e S. Stüben, que em 1889 e 1890 respectivamente fizeram referência a *städtebau*.

São palavras de significado convergente ao do nosso “urbanismo”, mas a espanhola se refere mais ao processo de desenvolvimento urbano que ao de ação consciente sobre ele, e a alemã indica antes a “arte” de construir as cidades que os métodos usados para chegar a esse fim. Também a expressão inglesa equivalente, *town planning*, já se havia imposto em 1909, através da obra de Raymond Unwin, *Town planning in practice*, e do *Town planning act*.

O conteúdo científico do urbanismo

Ainda que todas as teorias do urbanismo, das de Cerdá às de Le Corbusier, se digam científicas, jamais houve consenso sobre isso ou sobre em que aspectos seriam assim.

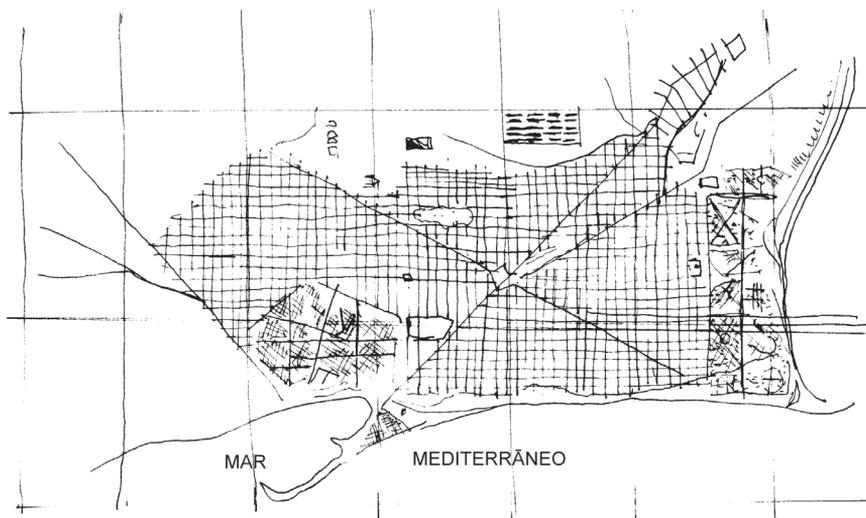


Figura 4. Ildefonso Cerdá, 1859: plano de alargamento de Barcelona (croqui do autor baseado em FERREIRA DOS SANTOS, 1988, p. 109).

Cerdá dá à sua *urbanización status* de ciência por coletar sistematicamente tanto informações socioeconômicas como as referentes às potencialidades do sítio para analisá-las de forma a permitir legislar integral e corretamente

sobre o espaço urbano, condição referendada por Geddes (1994) já no início do século XX. Mostrava com isso estar 50 anos à frente do seu tempo.

Le Corbusier (1971), ao contrário, impede o progresso da reflexão quando assegura haver amplas provas da cientificidade do urbanismo, mas não as mostra. Talvez o veja assim por imaginá-lo uma geometria de ângulos retos, mas tem interesse óbvio em dar suporte à sua certeza de gerar planos cheios de justiça, verdade e exatidão.

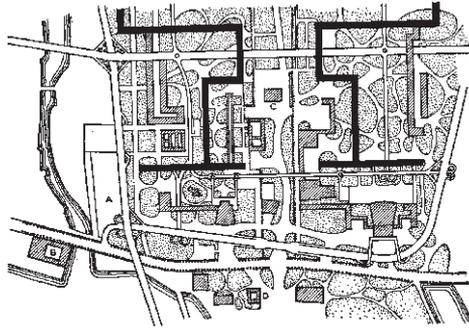


Figura 5. Le Corbusier, 1933: a cidade radiosa (GALLION; EISNER, 1972, p. 398).

Se o enquadramento do urbanismo como ciência é inadequado, talvez seja só uma técnica que usa procedimentos e métodos científicos. Todavia, os procedimentos e métodos usados pelo urbanismo são em geral temas de controvérsia e debate, e o melhor exemplo disso é a corrente de planejamento que usa modelos matemáticos. Mesmo no planejamento de transportes, em que tais modelos têm sido abundantemente desenvolvidos, a crítica é frequente, ainda que vindo majoritariamente dos que não participam da sua elaboração, como ironiza Merlin (1996, p. 59) com muita propriedade.

Ora, se não é ciência nem técnica afim, talvez o urbanismo seja uma arte. Todavia, se a arte é definida como um “conjunto de regras para bem realizar alguma coisa” ou como o “caráter, expressão ou concepção do que é belo” (LOVISOLO, 1992, p. 88), fica novamente difícil enquadrá-lo aí, pois suas únicas regras, que mudam no tempo e no espaço, são as do direito urbanístico, que constitui apenas um aspecto do todo. Ele tampouco se enquadra na outra acepção, a da arte como beleza, pois essa é raramente um objetivo prioritário do urbanismo e até por isso raramente atingido.

Talvez pela indefinição do seu enquadramento epistemológico se tenha gerado uma luta não declarada para anexá-lo a alguma das várias áreas do saber. No Brasil, os arquitetos se preocuparam tanto com isso que há alguns anos passamos a nos formar “arquitetos e urbanistas”.² Não obstante, isso só

² Seguimos nisso uma tradição francesa, exemplificada pela famosa declaração de Le Corbusier de que o urbanista não é outra coisa que o arquiteto.

resultou na transformação do planejamento urbano e regional de uma das áreas de interesse do urbanismo numa prática com ele concorrente porque aberta aos não arquitetos.

Por usar às vezes métodos matemáticos e congrega engenheiros, geógrafos e economistas, além de juristas, filósofos, sociólogos e até arquitetos, o PUR se vê e fala de si mesmo como atividade científica. Todavia, um dos seus mais importantes e irresolvidos debates internos é centrado exatamente nessa crença, e nem mesmo a especificação da existência de duas ordens distintas de racionalidade – uma funcional, que relacionaria meios a fins dados, e a outra substantiva, cuja função seria definir os fins apropriados (MANHEIM, 1949) – é capaz de resolver o problema epistemológico fundamental do planejamento. Não há, pois, como acreditar que seu conteúdo científico seja superior ou diverso do que caracteriza urbanismo, e assim não existe diferença substantiva entre os dois. Em seguida se verá que tampouco há diferença funcional.

Isso é mostrado pelo fato de, designados como urbanistas ou como planejadores urbanos, lidarmos todos e do mesmo modo com nossos assuntos fundamentais. O mais marcante desses assuntos é o espaço, um bem raro cujo uso é necessário organizar racionalmente. Se a escassez não é intrínseca a nenhum bem, mas nasce do desejo humano por eles, a raridade do espaço se torna evidente e explica a razão de o solo ter um preço. Como, por outro lado, o mercado é socialmente cego e insensível e é preciso garantir acesso a usos pouco competitivos, mas socialmente julgados prioritários do espaço – tais como o destinado à habitação de interesse social, às áreas verdes e aos equipamentos públicos – o poder público é forçado a desenvolver – ao menos nominalmente – políticas fundiárias que controlem o uso do solo urbano para que o espaço das cidades possa ser organizado. Quer como urbanistas, quer como planejadores urbanos, atuamos nessa problemática e de forma idêntica: preparando e realizando as intervenções no mercado, que são exata e contraditoriamente aquilo que lhe assegura a liberdade.

Outro problema-chave é a mobilidade das pessoas, coisa que exige especial atenção, pois a organização espacial da cidade muda radicalmente com mudanças nos sistemas de transporte. Na Roma antiga as pessoas andavam a pé, a 4km/h. Nas grandes cidades do século XIX, em ônibus puxados por cavalos a 8km/h. Entre as duas guerras mundiais em trem suburbano e metropolitano a 25km/h. Nas cidades de hoje em automóvel a 50km/h se não há congestionamento. Assim é fácil imaginar como o trabalhar, o morar e o ir às compras, às aulas ou aos divertimentos mudaram ao longo do tempo. Apelidados de planejadores urbanos ou de urbanistas, lidaremos com isso de modo muito semelhante.

Em resumo, o tratamento dado aos dois problemas deixa óbvio que tam-

bém funcionalmente não há diferença entre urbanismo e planejamento urbano e que este, como uma das mais importantes vertentes da atividade daquele, continua sendo, na verdade, uma das suas áreas de interesse fundamentais.

OS PLANEJAMENTOS, O DESENHO E O PROJETO URBANOS

Desde a Primeira Revolução Industrial o crescimento desmesurado das cidades preocupa constantemente os interessados. Bardet (1959), por exemplo, ainda que escrevesse em 1945, continuava impressionado pela progressão da população europeia de 180 para 460 milhões de habitantes entre 1800 e 1914, apesar de a Europa ter exportado não menos de 100 milhões de pessoas para as Américas no período. No entanto, aos olhos de agora, a urbanização europeia no século XIX parece até moderada relativamente ao crescimento paroxísmico das cidades no mundo inteiro na segunda metade do século XX. O tema se tornou preocupação tão geral que os jornais o comentam em tom alarmista e a própria ONU trabalha diversos projetos sobre o que chama de “megacidades”.

A busca da cidade ideal e o planejamento urbano e regional

Bardet escreveu que “todo o drama do urbanismo atual consiste no divórcio entre as formas urbanas caducas e pesadas e o ser urbano em prodigiosa transformação” (1959, p. 6). Como outros estudiosos, vê na complexidade e escala dos problemas com que o urbanismo precisa lidar as características de uma “questão urbana”. Ora, esse tipo de afirmação leva a postular um “caos” urbano que seria o responsável pela contradição e a propor como solução a restauração de características antigas, conhecidas e testadas, ou a renovação das formas e da maneira de viver para definir uma nova ordem urbana.³ As duas alternativas escolhem ignorar que cada cidade é produto da sociedade que as desenvolve, e isso lhes permite a ilusão de que, mexendo numas poucas características do espaço urbano, a própria sociedade se modificará. Se as coisas corresse assim, a cidade real poderia se tornar “cidade ideal”, objetivo nada novo, mas sempre inalcançado, apesar de o pensamento utópico a respeito ter sido historicamente mais realista.

³ Choay (1965) classifica os primeiros como urbanistas “culturalistas” e os outros como urbanistas “progressistas”.

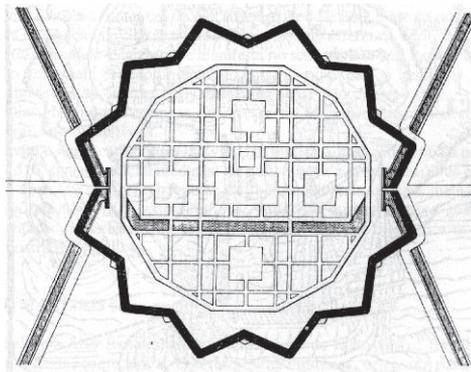


Figura 6. Scamozzi, 1593: planta da cidade ideal de Palma Nuova, perto de Veneza (ROSENAU, 1988, p. 72).

Entre os antigos, Aristóteles (1952) preferia a cidade real e discutia detalhadamente a maneira de torná-la boa pela utilização de princípios entronizados por urbanistas práticos, como Hipódamo e seus seguidores (Fig. 1). Já Platão (1952) concebe uma “cidade ideal”, que refletiria o “Estado ideal” por ele definido. É essa a idéia utópica que a história vai perseguir e, quando Thomas More concebe em 1561 sua cidade ideal, Amaurot, esta era ideal exatamente por ser a capital da ilha de Utopia...

Eles eram mais realistas que os novos utopistas, porque imaginavam mudar a sociedade, que, uma vez transformada, produziria uma cidade também diferente. Nenhum deles pretendeu mudar as cidades só fisicamente sem conectar as mudanças às questões econômica e social, exceto os que quiseram modificá-la esteticamente, com objetivos modísticos ou do interesse de grupos dominantes. No século XIX, porém, o pressuposto tradicional das utopias é subvertido e se passa a admitir que o modelo físico da cidade tem o poder de moldar outras características da sociedade. Isso jamais foi demonstrado, mas o fracasso tem sido incapaz de modificar essa nova busca pela cidade ideal. Traíçoeiro, o conceito de ideal implica a desvalorização sistemática do existente, que, por contraste, passa a ser confundido com o problemático. Em conseqüência, supõe-se que só algo novo e planejado pode resolver os problemas, e isso se torna uma condição necessária para atingir a situação ideal. Somada à presunção de cientificidade do urbanismo – pressuposto absoluto da sua própria validade – tal idéia leva a um planejamento urbano totalizador, integral e integrado (*comprehensive*, em inglês), hipertrofiando-o em face do urbanismo de que fazia parte. Entra-se na era de ouro dos planos diretores (*master plans*, em inglês), que vão por longo tempo se confundir com a própria idéia de urbanismo. No Brasil e na França, a semelhança do urbanismo com a arquitetura colabora para isso.

Reações ao planejamento totalizador e ao plano diretor integrado

Fazer um plano diretor desse tipo é uma estratégia problemática, pois exige pesquisas imensas e custosas, além de longos prazos de desenvolvimento, durante os quais as condições urbanas mudam. Além do mais, a desvalorização sistemática daquilo que existe conduz a políticas de demolição e reconstrução totais. Ao final, nem o plano, nem a política de “terra arrasada” que subentende são capazes de gestar a pretendida cidade ideal, ainda que o processo se arraste por décadas a custos estratosféricos.

Tais inconvenientes geram reações, que ocorrem a partir dos anos 1960 em várias frentes mais ou menos simultâneas. Já em fins dos 1950, no planejamento de Karachi, capital do Paquistão, propõe-se uma metodologia nova, chamada de “planejamento na ação”, que pretende simplificar as bases das intervenções, reduzindo radicalmente os diagnósticos formais e evitando confrontos diretos com os interesses existentes (KOENIGSBERGER, s.d.). A falta de participação popular no planejamento também é criticada, o que faz surgirem nos Estados Unidos propostas bastante radicais, como o “planejamento advocacional” (DAVIDOFF; REINES, 1972) e a “arquitetura de guerrilha” (GOODMAN, 1972). No Brasil da ditadura militar, essa preocupação só encontra ecos isolados na urbanização pela Codesco (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades) da favela de Brás de Pina no Rio de Janeiro e noutros trabalhos de Carlos Nelson Ferreira dos Santos como arquiteto, urbanista e professor.

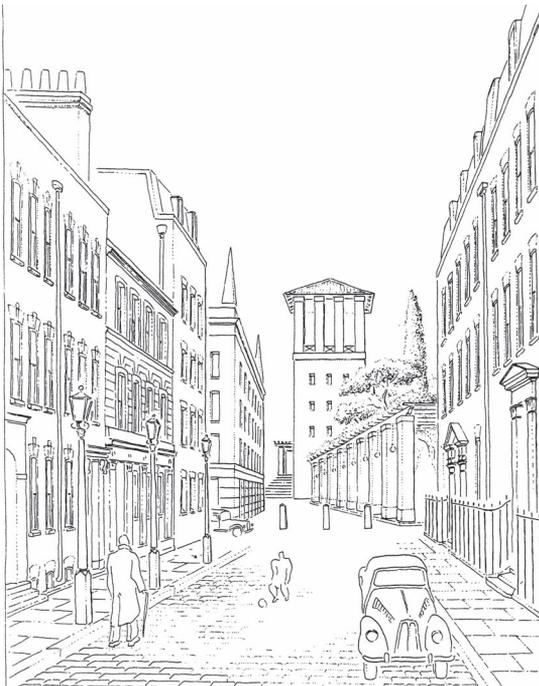


Figura 7. Leo Krier, 1986: negação da modernidade em proposta para Londres (DEL RIO, 2000, p. 80).

Na mesma época, o ideário do urbanismo modernista, em especial sua doutrina do “homem tipo”, cuja vida urbana se reduzia às variáveis habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e o espírito, sofre um bombardeio aniquilador. O alvo mais claro é a cidade de superquadras com seus edifícios parecidos e repetitivos. Em consequência, revalorizam-se as ruas e quadras curtas, em que usos do solo e prédios de idade e padrão variáveis se misturam, visando a criar um ambiente seguro e agradável (JACOBS, 1974) (Fig. 7).

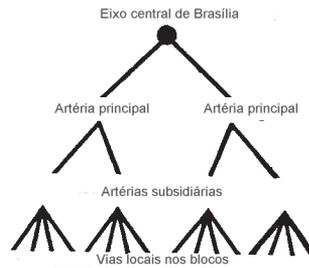


Figura 8. Christopher Alexander, 1971: esquema de ligações em árvore de Brasília (FERREIRA DOS SANTOS, 1988, p. 111).

Um dos flancos do urbanismo modernista foi destruído pela crítica ao empobrecimento do seu sistema viário quando comparado ao das velhas cidades. A típica estrutura modernista ocorria “em árvore”, capaz de poucas ligações em cada ponto e sem termo de comparação com aquela tradicional em semi-retícula, que permitia às cidades uma grande riqueza de ligações, correspondendo melhor às necessidades urbanas (ALEXANDER, 1965) (Fig. 8).

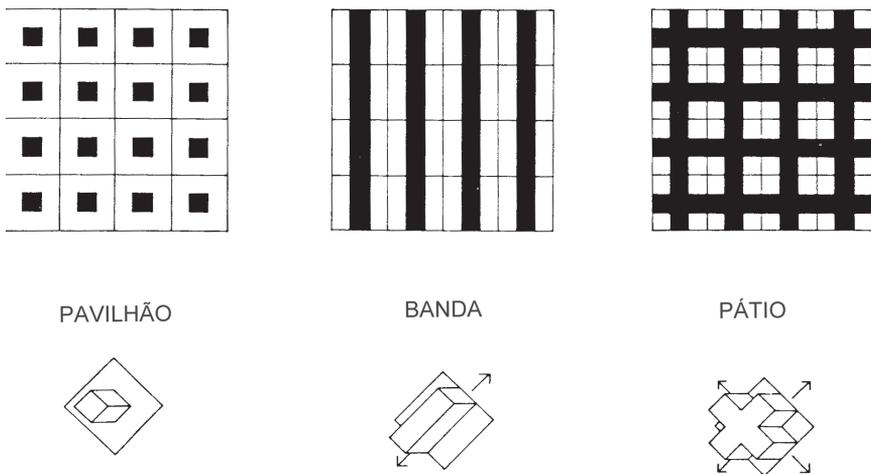


Figura 9. Martin; March, 1966: implantações em pavilhão, banda e pátio (FERREIRA DOS SANTOS, 1988, p. 112).

O ataque ao outro flanco condenava a negação modernista do traçado urbano em tabuleiro de xadrez, demonstrando, em termos de eficiência espacial, a superioridade dos arranjos passíveis de aí serem edificados sobre a implantação modernista de edifícios muito altos e afastados (MARTIN; MARCH, 1975) (Fig. 9).

Pós-modernismo na arquitetura e novidades no urbanismo

Não por coincidência, a arquitetura modernista também começa a sofrer intensa crítica por seu desinteresse em pesquisa e por não dar importância à contextualização urbana das edificações que propõe. Como ocorre em paralelo a valorização de aspectos semiológicos e simbólicos das arquiteturas tradicionais e até do patrimônio arquitetônico vernacular, a convergência de todas essas tendências acaba por ser entendida como a morte definitiva da arquitetura dominante. Nesse ponto o modernismo é substituído por uma outra arquitetura, pós-moderna, como se convencionou chamá-la (JENCKS, 1978).

Todos esses acontecimentos vão originar no urbanismo propostas metodológicas supostamente novas e batizadas com os nomes cativantes de “desenho urbano”, “planejamento estratégico” e “projeto urbano”. Todavia, o planejamento estratégico não é realmente coisa nova, mas uma ressurgência das idéias do velho e já comentado “planejamento na ação”. O desenho urbano também é antigo, deitando raízes nos anos 1960 e nos trabalhos de Lynch, Cullen e outros autores ocupados fundamentalmente com a forma urbana, que continua a ser a principal preocupação sob a nova designação. Na verdade, não se propõe a ser uma metodologia pronta e acabada, mas um campo disciplinar para onde convergem métodos de análise e atuação de diversas disciplinas. Usa para isso quatro armas analíticas: a análise visual, a percepção do meio ambiente, o comportamento ambiental e a morfologia urbana.

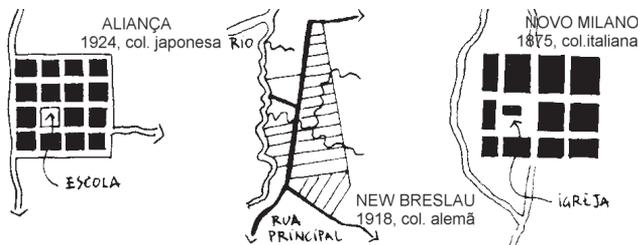


Figura 10. Morfologia urbana da estrutura de três cidades de colonização japonesa, baseada na escola; alemã, na rua principal / rio; italiana, na igreja (YAMAKI *apud* DEL RIO, 2000, p. 82).

Seja como for, o desenho urbano se vê como parte do planejamento (DEL RIO, 2000, p. 57-59), permeando-o dos seus objetivos gerais às suas reco-

mendações específicas. Assim se pode dizer que pretende nortear a elaboração do plano e ser, ao mesmo tempo, um produto dele.

A expressão “projeto urbano” também vem dos anos 1960, quando se declara oposta ao urbanismo de planejamento, “para conotar projetos unitários de arquitetura de apreciável dimensão e complexidade, que pretendiam configurar de forma exemplar e para além dos seus limites físicos o que deveria ser a cidade moderna” (PORTAS, 1998). Nos anos 1970, uma crise fiscal assola as prefeituras européias e obriga as intervenções a diminuir de escala. Em nova leva de “projetos urbanos”, os arquitetos são chamados a trabalhar em “fragmentos” da cidade, através de projetos que conservavam a marca do autor, mas eram incorporados ao tecido urbano preexistente.⁴ Finalmente, uma terceira geração emerge nas últimas décadas, mantendo os arquitetos como protagonistas dos projetos, mas, ao mesmo tempo, como programadores desses projetos, animadores que buscam aproveitar as oportunidades que as cidades provoquem e acionar parceiros que possam viabilizar a sua implementação. Aparentemente diferente do desenho urbano, comunga com ele na consideração de uma relação biunívoca projeto *versus* plano, na qual, ao mesmo tempo em que o projeto detalha o plano, também induz a emergência de outros projetos urbanos.

Moscato (2003) responsabiliza essa íntima associação entre plano e projeto urbano pela tradução do significado de plano para o futuro da cidade. Define assim o projeto urbano como a forma de materializar as decisões do plano, evidenciando para a população o modelo de cidade escolhido e resolvendo a contradição entre o plano de conjunto e o urbanismo de fragmentos.

Em resumo, o planejamento continua a ser, sob outros nomes, uma das partes mais importantes do urbanismo. O “plano estratégico” se apresenta como alternativa ao *master plan*, mas não resolve os problemas que este gera, porque não atinge a sua causa profunda – a visão que o planejador tem da cidade como entidade problemática a renovar para tornar-se perfeita. Seu inegável avanço é perceber o resultado desse equívoco – o excessivo dispêndio de tempo e recursos –, mas a solução que traz de tratar a cidade como empresa também é equivocada. Mas aqui importa apenas ver que as duas propostas de planejamento não se opõem e podem até se complementar. Quanto ao “desenho” e ao “projeto” urbanos, arriscaríamos dizer que não têm diferenças significativas. O primeiro nome é mais usado nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, enquanto o outro domina o restante da Europa. Nuno Portas vê no projeto urbano um instrumento privilegiado do planejamento estratégico, mas o mesmo se pode dizer do desenho urbano, relativa-

⁴ Mais ou menos o que se fez no Rio de Janeiro um pouco depois, no programa Rio-Cidade.

mente a qualquer tipo de planejamento. Retomando Rossi (2000), que chama de “fatos urbanos” à própria cidade e a certos aspectos, fragmentos e construções significativas dentro dela, propõe-se aqui definir o projeto ou o desenho urbano como o projeto ou o desenho dos fatos urbanos.

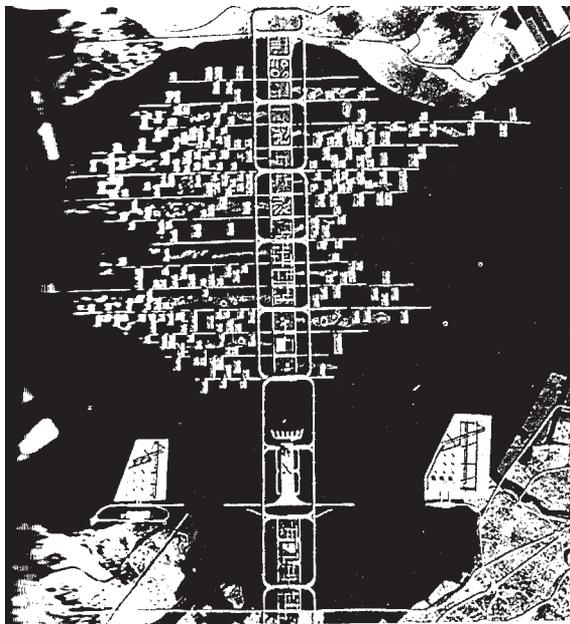


Figura 11. Kenzo Tange: projeto urbano da Baía de Tokio (1960) (MONTANER, 1997, p. 117).

A TÍTULO DE CONCLUSÃO: COMO DEVEMOS ENTENDER AS MUDANÇAS TEMPORAIS HAVIDAS NO URBANISMO

As questões terminológicas examinadas advêm de variações temporais da concepção do urbanismo. A origem da que ocorreu no século XIX foi a mudança universal trazida pela Primeira Revolução Industrial. Para entender por que ocorreu, deve-se lembrar que, como as sociais, as relações espaciais não são randômicas, mas ordenadas. Até os animais diferenciam espaços e os “criam” para indicar que estão aqui e não lá. Os seres humanos notam, anotam e descrevem as distinções por meio da linguagem e ainda as fazem através da construção. Nesse sentido, linguagem e arquitetura se completam, expressando o processo cognitivo de distinguir lugares (RAPOPORT, 1984, p. 27). A estruturação do significado acompanha a do espaço e ocorre, ou por comportamento ritual, que confere significado ao comportamento, ou por marcação de lugares, que lhes confere significado. Estas, além da estruturação do tempo e da comunicação, são propriedades da mente individual, que as converte em necessidades sociais. Os gatos, por exemplo, animais pouco territoriais, estruturam o tempo, programando seus movimentos para evitar-se, e isso indica que, como a estruturação do tempo, a do espaço e a do

significado ocorrem para estruturar a comunicação (como interagir, exercer um domínio, evitar os perigos etc.).

Os quatro tipos de estruturação constituem diferentes sistemas de ordenação, cuja expressão física é o meio ambiente construído. O processo de ordenar é sempre o mesmo, mas a forma de fazê-lo e os meios utilizados são diferenciados pela cultura. Por isso, ainda que no passado o espaço e o significado coincidissem e expressassem fisicamente as formas de domínio, essa convergência não é mais a regra hoje em dia. Também a articulação do espaço com o tempo era normal em outras épocas, mas hoje pode ocorrer ou não, pois tornou-se tão comum as pessoas estarem separadas simultaneamente no espaço e no tempo como em apenas um deles. Ao tempo em que essas convergências eram usuais, os esquemas de ordenação baseavam-se geralmente no sagrado, pois a religião e o rito eram aspectos centrais das culturas antigas. Uma conseqüência disso para o urbanismo era torná-lo atividade arriscada, pois entendia-se que o simples traçado do plano de uma cidade colocava em questão a ordem da natureza desejada pelos deuses. Conseqüentemente, era necessário que os padres traçassem rituais precisos para fundar cidades, construir edifícios e até mesmo pontes, já que os rios foram divinizados por muito tempo. “Até a Idade Média, serão as ordens religiosas que intervirão nesse domínio, ao ponto em que o Papa leva ainda hoje o nome de *pontifex maximus*, o grande construtor de pontes” (LACAZE, 1995, p. 27). Por essa razão é somente no século XIX, quando a Revolução Industrial rompe os antigos esquemas de ordenação, que aparecem reflexões sobre o urbanismo no seu sentido atual, colocando em pauta uma “questão urbana”, que reunia a insalubridade das cidades a uma supostamente perdida “ordem urbana” tradicional.

Duas guerras mundiais e a crise de 1929 fizeram da primeira metade do século XX um período de estagnação urbanística, mas a destruição maciça das cidades européias obrigou a um imenso esforço de reconstrução depois de 1945. Ocorre então um vivo debate, no qual os “modernistas” querem construir as cidades do futuro e os “culturalistas” refazer as do passado. Tanto num caso como no outro, o *master plan* mostra claramente os seus inconvenientes, o que faz com que sejam criadas alternativas a ele.

Com a Segunda Revolução Industrial, novos problemas urbanísticos somam-se aos antigos e o urbanismo tem de se renovar para enfrentá-los. A complexidade leva hoje a classificar os problemas urbanos em categorias, uma das quais reúne os dependentes das políticas urbanas, outra os vinculados à abordagem ambiental do planejamento urbano e a terceira, os problemas que a dimensão morfológica do urbanismo tem de enfrentar, ainda que com o apoio de outras áreas (economia, engenharia de transportes).

Os do primeiro tipo se referem aos temas fundamentais do espaço econô-

mico, do modo de vida urbano e da apropriação do espaço urbano pelos habitantes.

- Nos nossos dias, o espaço urbano é modificado em prazos muito curtos por uma economia sujeita a fortes mutações tecnológicas, que atingem a cidade imediata e às vezes devastadoramente. Assim, nos lugares em que as atividades se tornam obsoletas, “os quarteirões e as cidades decaem, as suas imagens sociais se degradam e o valor dos imóveis diminui” (LACAZE, 1995, p. 17-18). Ao contrário, onde a propensão a se instalar tende a aumentar, uma espiral inversa eleva o valor dos bens. O urbanismo precisa lidar com tais tendências para fazê-las infletir, ou simplesmente para antecipá-las e tem de fazê-lo multidisciplinarmente através do planejamento urbano e regional.
- Mesmo que o modo de vida no campo e na cidade se assemelhem, como atualmente, o espaço urbano continua privilegiado pela facilidade de ocorrência de relações sociais e pela intensidade destas. Por essa razão e porque a globalização coloca os lugares de encontro sob a ameaça simultânea dos *shopping centers*, da cultura eletrônica e do *e-business*, são crescentemente críticas as decisões relativas à sua criação/manutenção, revitalização, restauração ou renovação e a como fazê-las.
- Como a apropriação do espaço é fator decisivo de sucesso nas operações de organização urbanística ou de construção, é preciso que as políticas urbanas levem em conta as características reais da clientela usuária. Caso isso não ocorra, a maneira como o público deveria apropriar o espaço no projeto e aquela como o faz na realidade divergem, decretando o insucesso da obra. A principal causa do fracasso é, pois, ver os usuários como mera média estatística, o que os torna supostamente “não entidades políticas”, cujas personalidades, necessidades e desejos são ignorados.

Os problemas da segunda categoria provêm da visão realística de que tanto a cidade ideal como a sua busca através do planejamento urbano são mitos (NOVAK, 1980). Nas nossas cidades continua sendo perseguido um planejamento supostamente “racional”, mas em total descompasso com uma gestão urbana negociada com interesses que usam amplamente a cooptação, a corrupção e o *lobby* como formas de pressão (ROLNIK, 1992). Nos nossos dias, um planejamento urbano e regional não pode pretender mais que corrigir aspectos marginais das políticas em curso, e a única vertente em que esse escopo pode ser alargado é a ambiental, pois nessa área a ordenação urbanística não tem finalidade se não obedecer a premissas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. Mesmo aí só pode caber ao planejamento facilitar o desenvolvimento sustentável através do suprimento de dados e do desenvolvimento e disseminação de indicadores

relevantes. Como os problemas ambientais se avolumam no ambiente urbano brasileiro – com o aumento de enchentes, a difícil gestão dos resíduos sólidos e a poluição crescente do ar – fica óbvio que os parâmetros de ordenação urbanística a eles relativos precisam ser alterados, articulando-se os problemas ambientais aos sociais e cada vez mais às questões da criminalidade e do tráfego. Não fazê-lo significa abdicar à luta por uma existência melhor, conformando-nos com nosso enterro nos lamaçais das enchentes e sufocação pela poluição do ar.

Finalmente, na terceira categoria incluem-se os problemas que podem ser resolvidos diretamente pela dimensão morfológica do urbanismo, lançando-se mão do chamado desenho urbano: as questões físico-urbanísticas relativas à habitação e ao binômio uso do solo/transportes urbanos. Hoje se pode usar um verdadeiro arsenal para essa finalidade. De um lado estão os instrumentos clássicos do zoneamento, leis de uso e ocupação do solo e códigos de obras; do outro os chamados projetos urbanos. São dispositivos soltos, sem muita ligação entre si, e provavelmente isso continuará assim, pois a performance dos mecanismos que “costurariam” todos esses aspectos – os já debatidos planos diretores e estratégicos – tem sido tão fraca que a sua utilidade resulta discutível.

Referências

- ALEXANDER, Christopher. *A city is not a tree*. New York: Architectural Forum, abril/maio, 1965.
- ARISTÓTELES. *The works of Aristotle*. Chicago: University of Chicago Press/William Benton Publisher, 1952.
- BARDET, Gaston. *El urbanismo*. Buenos Aires: Editora Universitária de Buenos Aires, 1959.
- CHOAY, Françoise. *L'urbanisme, utopies et réalités, une anthologie*. Paris: Seuil, 1965.
- DAVIDOFF, Paul; REINES, Thomas A. A choice theory of planning. In: FALUDI, A. (Org.). *A reader in planning theory*. London: Pergamon Press, 1972. mimeo.
- DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 2000.
- FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. *A cidade como um jogo de cartas*. São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- GALLION, Arthur B.; EISNER, Simon. *Urbanismo, planificación y diseño*. México: Compañía Editorial Continental, 1972.
- GEDDES, Patrick. *Cidades em evolução*. Campinas: Papirus, 1994.

- GOODMAN, Robert. *After the planners*. Middlesex, England: Penguin, 1972.
- JACOBS, Jane. *Death and life of great american cities: the failure of town planning*. London: Penguin Books, 1974.
- JENCKS Charles A. *The language of post-modern architecture*. London: Academy Editions, 1978.
- KOENIGSBERGER, Otto. *Action Planning*. 1980. (mimeo).
- LACAZE, Jean-Paul. *La ville et l'urbanisme*. Paris: Flammarion, 1995.
- LACAZE, Jean-Paul. *Os métodos do urbanismo*. Campinas: Papirus, 1993.
- LE CORBUSIER. *Planejamento urbano*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- LOVISOLO, Elena (Ed.). *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1992.
- MANHEIM, Karl. *Man and society in an age of reconstruction*. New York: Harcourt Brace, 1949.
- MARTIN, Leslie; MARCH, Lionel. Teoria 4. In: MARTIN, Leslie; MARCH, Lionel; ECHENIQUE, Marcial (Org.). *La estructura del espacio urbano*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1975. p. 61-65.
- MERLIN, Pierre. *L'urbanisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- MONTANER, Josep Maria. *Después del movimiento moderno*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1997.
- MOSCATO, Jorge. O bairro está mudando: tudo o que é sólido desmancha no ar. In: MACHADO, Denise Barcelos Pinheiro; PEREIRA, Margareth da Silva; SILVA, Rachel Coutinho Marques da (Org.). *Urbanismo em questão*. Rio de Janeiro: Prourb-FAU/UFRJ, 2003. p. 273-278.
- NOVAK, Hélio; CAMPELLO, Mauro S. Projeto urbano: ensino e interface com as disciplinas complementares. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANOS E REGIONAL, 11, 2005, Salvador. *Anais...* Salvador: Anpur, 2005. p. 1-19, CD.
- NOVAK, H. *As dimensões do crescimento urbano e a estruturação do espaço em cidades de porte médio: os casos de Juiz de Fora, Contagem e Uberlândia, no Estado de Minas Gerais*. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia, Rio de Janeiro.
- NOVAK, H. *Estes fantásticos planejadores e seus mitos maravilhosos: uma discussão sobre a questão urbana, diversas teorias sobre planejamento e a busca da cidade ideal*. 1980. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia, Rio de Janeiro.
- PLATÃO. *The dialogues of Plato*. Chicago: University of Chicago Press, 1952.
- PORTAS, Nuno. L'emergenza del progetto urbano. *Revista Urbanística*, Roma, n. 110, p. 1-6, jun. 1998.
- RAPOPORT, Amos. Origens culturais da arquitetura. In: SNYDER, J. C.; CATTANESE, A. (Coord.). *Introdução à arquitetura*. Rio de Janeiro: Campus, 1984. p. 26-42.

ROLNIK, Rachel. *Diário Oficial do Município de São Paulo*. São Paulo, 1992.

ROSENAU, Helen. *A cidade ideal: evolução arquitectónica na Europa*. Lisboa: Presença, 1988.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura das cidades*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2000.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1997.

STACCIOLI, R. A. *Roma como fue y como es: con reconstrucciones de los monumentos de la Roma antigua*. Roma: Vision S.R.L., 1962.

Endereço para correspondência
Av. Rui Barbosa, 636/904
22250-020, Rio de Janeiro – RJ
e-mail: eloi@predialnet.com.br